

**Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 31 de março de 2003**  
**Em milhares de reais**

---

**1 Apresentação das Informações Financeiras Trimestrais - IFT**

Apresentadas conforme norma do Banco Central do Brasil – BACEN.

**2 Práticas contábeis**

As Informações Financeiras Trimestrais - IFT's são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

**3 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

**(a) Novo critério de avaliação e classificação contábil**

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio das Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, estabeleceu um conjunto de novos critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos que passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração.

Em função da adaptação às novas regras determinadas pelas Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, e regulamentações posteriores, a CAIXA vem efetuando ajuste decorrente da aplicação dos novos critérios de classificação da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

**(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

<b>Categoria</b>	<b>março de 2003</b>
Títulos para negociação	10.276.604
Títulos disponíveis para venda	9.476.974
Títulos mantidos até o vencimento	41.274.572
Instrumentos financeiros derivativos	2
	<b>61.028.152</b>

**Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 31 de março de 2003**  
Em milhares de reais

**(c) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários**

	<u>março de 2003</u>
<b>CARTEIRA PRÓPRIA</b>	<b>44.122.756</b>
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>43.839.189</b>
Letras Financeiras do Tesouro	41.241.383
Notas do Tesouro Nacional	920.855
Notas do Banco Central	54.188
Certificado Financeiro do Tesouro	830.271
Créditos Securitizados	718.562
Outros títulos	73.930
Cotas de Fundos de Investimentos	283.567
<b>TÍTULOS VINCULADOS</b>	<b>16.905.394</b>
<b>Operações Compromissadas</b>	<b>15.588.549</b>
Letras Financeiras do Tesouro	13.503.285
Letras do Tesouro Nacional	509.884
Notas do Tesouro Nacional	1.167.619
Notas do Banco Central	407.761
<b>Banco Central</b>	<b>541.361</b>
Letras Financeiras do Tesouro	541.361
<b>Prestação de Garantias</b>	<b>775.484</b>
Letras Financeiras do Tesouro	775.484
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>	<b>2</b>
	<u><b>61.028.152</b></u>

**(d) Instrumentos financeiros derivativos**

As operações realizadas pela CAIXA, envolvendo derivativos, visam a atender às necessidades próprias e de seus clientes e, também, reduzir os riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada pela definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles internos e determinação de limites das posições.

**4 Carteira de crédito**

**(a) Composição das carteiras de crédito por tipo de operação**

<u>Descrição</u>	<u>março de 2003</u>
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos: (1)	7.796.051
Financiamentos Imobiliários	15.284.498
Financiamentos de Infra-estrutura e Desenvolvimento	520.859
Outros créditos	703.224
	<u><b>24.304.632</b></u>

## Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 31 de março de 2003

Em milhares de reais

(1) Contempla financiamentos ao setor público de contratos de refinanciamento de dívidas do governo federal, no valor de R\$ 647.520, com base na Lei nº 8.727/93, sendo a União responsável pela sua liquidação. A Medida Provisória nº 2.181-45 (anteriormente Medida Provisória nº 2.103-42), de 24 de agosto de 2001, autorizou a União a antecipar a liquidação desses contratos. Sobre esses contratos incidem juros anuais de até 12%, mais atualização de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR). Essas operações de refinanciamento estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

### (b) Classificação por níveis de risco das operações de crédito

Risco	Empréstimos e Financiam.	Financiam. Imobiliários	Infra Estrutura	Outros Créditos	Total	%
AA	717.852	504.106	198.514		1.420.472	5,84
A	1.551.863	4.757.970	133.300	4.544	6.447.677	26,54
B	1.297.663	1.484.325	13.870	310.961	3.106.819	12,78
C	1.307.002	2.650.194	853	5.006	3.963.055	16,31
D	1.812.210	4.304.052	171.261	17.239	6.304.762	25,94
E	97.882	398.643		421	496.946	2,04
F	68.907	218.150		197	287.254	1,18
G	199.665	142.976		253	342.894	1,41
H	743.007	824.082	3.061	364.603	1.934.753	7,96
	<b>7.796.051</b>	<b>15.284.498</b>	<b>520.859</b>	<b>703.224</b>	<b>24.304.632</b>	<b>100,00</b>

### (c) Composição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Risco	Empréstimos e Financiam.	Financiam. Imobiliários	Infra Estrutura	Outros Créditos	Total	%
A	7.759	23.789	666	22	32.236	0,89
B	12.976	14.843	138	3.109	31.066	0,86
C	68.844	107.352	25	150	176.371	4,86
D	244.367	656.399	17.126	1.875	919.767	25,36
E	29.364	119.592		126	149.082	4,11
F	34.453	109.075		98	143.626	3,96
G	139.765	100.083		177	240.025	6,62
H	743.007	824.082	3.061	364.603	1.934.753	53,34
	<b>1.280.535</b>	<b>1.955.215</b>	<b>21.016</b>	<b>370.160</b>	<b>3.626.926</b>	<b>100,00</b>

**Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 31 de março de 2003**

Em milhares de reais

**5 Outros Créditos Diversos**

**(a) Outros créditos diversos**

	<u>março de 2003</u>
Adiantamentos	299.548
Governo do Estado da Bahia - EMBASA (i)	157.679
Créditos tributários	1.774.343
Valores a receber - BAMERINDUS (ii)	302.941
Devedores por depósitos em garantia	872.630
Impostos e contribuições a compensar	26.724
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA	188.665
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos (iii)	373.147
Seguros a receber	155.442
Outros devedores	123.226
	<u><b>4.274.345</b></u>

(i) Refere-se à antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado da Bahia, sendo parte liquidada em novembro de 2002. O valor remanescente é remunerado pela taxa SELIC.

(ii) Refere-se a créditos com a Massa Falida do Bamerindus, originados preponderantemente pela aquisição de créditos imobiliários, os quais se encontram totalmente provisionados.

(iii) Refere-se a valores a faturar e a receber de cartões de créditos e valores registrados a débito de financiamentos imobiliários, não classificados pelo Sistema de Controle de Financiamentos - SIACI, compreendendo movimentos em operações mantidas na CAIXA, bem como em operações cedidas à EMGEA e ao Tesouro Nacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos. Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza.

**6 Ativo permanente**

**(a) Imobilizado de uso**

	<u>março de 2003</u>		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Imóveis de Uso	818.317	(35.762)	782.555
- Edificações	163.044	(29.352)	133.692
- Reavaliação de edificações	439.672	(6.410)	433.262
- Terrenos	71.787		71.787
- Reavaliação de terrenos	143.814		143.814
Imobilizações em curso	52.348		52.348
Instalações, móveis e equipamentos de uso	359.398	(191.958)	167.440
Sistema de comunicação	49.202	(20.886)	28.316
Sistema de processamento de dados	1.091.479	(649.288)	442.191
Sistema de transporte e segurança	55.589	(16.409)	39.180
Outras Imobilizações de Uso	16		16
	<u><b>2.426.349</b></u>	<u><b>(914.303)</b></u>	<u><b>1.512.046</b></u>

**Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 31 de março de 2003**  
**Em milhares de reais**

---

**Fundo de Investimento Imobiliário Almirante Barroso - FAMB11**

Dentre outras ações voltadas para a promoção do seu enquadramento no índice de imobilização estabelecido pelo CMN (50% do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA, até 31/12/2002), a CAIXA lançou em NOV/2002, o Fundo de Investimento Imobiliário Almirante Barroso, iniciando, assim, a sua participação neste promissor segmento de mercado.

Além do enquadramento legal, é interesse da CAIXA o desenvolvimento e consolidação do mercado de ativos de base imobiliária, dentre os quais encontram-se as cotas dos fundos de investimento imobiliário, pela possibilidade de reciclagem dos ativos da empresa e pela atração de novos recursos para a indústria da construção civil, com a conseqüente geração de emprego e renda.

O FII Almirante Barroso teve a totalidade de suas 104.800 cotas, equivalentes a R\$ 104,8 mil, vendidas para 5.259 investidores que, em sua maioria, investiram valores entre R\$1.000,00 a R\$5.000,00. Seu período de vendas foi de 20 de NOV 2002 até 03 de FEV 2003 e obteve autorização da CVM em 17.03.2003. Desde o dia 28.03.2003 é proprietário do tradicional Edifício Almirante Barroso, localizado na Av. Rio Branco, 174, centro do Rio de Janeiro, avaliado em cerca de R\$ 100 mil, alugado à própria CAIXA, por um período de 10 anos, renovável pelo mesmo prazo.

**(b) Diferido**

	<u>março de 2003</u>
Gastos em imóveis de terceiros	329.296
Gastos com projetos logísticos	547.690
Benfeitorias em imóveis próprios	209.774
Amortizações acumuladas	<u>(525.740)</u>
	<u>561.020</u>

**(c) Enquadramento no índice de imobilização**

A Resolução BACEN nº 2.669/1999 prevê que as Instituições Financeiras não poderão, a partir de 31 de dezembro de 2002, manter recursos aplicados em seu ativo permanente em valores superiores a 50% do correspondente Patrimônio Líquido Ajustado. A CAIXA, não obstante as medidas adotadas visando à redução de seu Ativo Permanente, encerrou o 1º trimestre de 2003 com aplicações neste item, em montantes equivalentes a 45,16% do seu Patrimônio Líquido Ajustado.

## Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 31 de março de 2003

Em milhares de reais

### 7 Depósitos

(a) Os depósitos a prazo incluem os depósitos judiciais, no montante de R\$ 21.839.450, os quais são remunerados com base na Taxa Referencial (TR). Para os depósitos judiciais, nos âmbitos trabalhista e estadual, incidem, ainda, juros de 6% ao ano. Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	<b>março de 2003</b>		
	<b>À vista</b>	<b>A prazo</b>	<b>Poupança</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>4.334.172</b>	<b>24.280.296</b>	<b>43.094.197</b>
Sem vencimento	4.334.172	21.839.450	43.094.197
De 31 a 90 dias		1.218.314	
De 91 a 360 dias		1.222.532	
<b>Longo prazo</b>		<b>1.120.915</b>	
Acima de 360 dias		1.120.915	
	<b>4.334.172</b>	<b>25.401.211</b>	<b>43.094.197</b>

(b) Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de outros fundos e programas, sendo atualizados os depósitos do FGTS pela taxa SELIC, conforme Resoluções nºs 279 e 295 do Conselho Curador do FGTS, de 17 de fevereiro e de 26 de agosto de 1998, e os demais - Especiais com remuneração, FAS, FISANE e PRODEC, atualizados pela TR; os depósitos do PROGER e do FAT, atualizados pela taxa SELIC; os depósitos do PIS, atualizados pela DEDIP e, quando aplicável, juros de até 6% ao ano.

### 8 Outras obrigações

#### (a) Fiscais e previdenciárias

	<b>março de 2003</b>
Provisão IR s/reserva de reavaliação - edificações	108.736
Provisão CS s/reserva de reavaliação - edificações	39.145
Provisão IR/CSLL s/"hedge" de fluxo de caixa	11.808
Provisão para contingências - PASEP (i)	538.516
Contribuições previdenciárias	48.572
Contribuições fiscais	66.650
Tributos municipais e estaduais (iii)	144.694
Imposto de renda a pagar	30.863
Provisão para outros riscos fiscais (ii)	99.833
Outros	41.836
	<b>1.130.653</b>

(i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

## Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 31 de março de 2003

Em milhares de reais

Com base na opinião de seus consultores jurídicos e tributários, considerando as jurisprudências já divulgadas sobre a matéria, e em face das possibilidades de êxito vislumbradas, a Administração entende que a provisão constituída no valor de R\$ 538.516 é suficiente para cobrir eventuais decisões desfavoráveis em algumas partes do processo.

(ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1989 a agosto de 1999, cujos valores repositados para 31 de março de 2003, conforme relatório do INSS, montam a R\$ 805.632.

É entendimento da CAIXA que os pagamentos autuados não estão sujeitos ao recolhimento da contribuição previdenciária, haja vista sua característica indenizatória.

Consoante o que determina o art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, os processos em andamento foram encaminhados à Advocacia Geral da União - AGU para análise e solução das controvérsias existentes entre a CAIXA e o INSS, tendo sido criado Grupo de Trabalho específico, com representação de ambas as partes, resultando no reconhecimento, por parte da CAIXA, de alguns processos.

De acordo com a opinião de seus consultores jurídicos e tributários, a Administração, em face das possibilidades de êxito vislumbradas para os demais processos, entende desnecessária a constituição de provisões adicionais para essas contingências, além daquela registrada na rubrica "Provisão para contingências - Outras" no valor de R\$ 99.833.

(ii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA, nos diversos municípios da federação, sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de março de 2003 corresponde ao montante de R\$ 134.912, totalmente provisionados.

### (b) Outras obrigações - Diversas

	<u>março de 2003</u>
Obrigações por contribuições ao SFH	183.762
Obrigações por convênios oficiais	58.056
Provisão para pagamentos a efetuar	705.638
Despesas de pessoal	542.988
Outros pagamentos	162.650
Provisão para passivos contingentes	5.774.941
FUNCEF - Reservas Técnicas (1)	3.628.965
Provisão para contingências (2)	2.145.976
Recursos do FGTS	4.577
Credores diversos - País	1.964.105
Cartões de crédito	399.919
Fornecedores/contas a pagar	352.437
EMGEA	345.219
Outros	866.530
	<u>8.691.079</u>

## **Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 31 de março de 2003**

**Em milhares de reais**

---

(1) Em 30 de setembro de 1993, a CAIXA assinou com a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) contrato de confissão e parcelamento de dívida, cuja eficácia é objeto de medida judicial proposta pela CAIXA, o qual prevê o pagamento de 240 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 1994, cujo saldo monta a R\$ 3.628.965, registrados no grupo do passivo Outras Obrigações - FUNCEF Reserva Técnica, atualizado monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), rendendo juros de 6% ao ano.

Objeto de uma disputa judicial desde 1996, a FUNCEF e a CAIXA formalizaram em abril de 2003, acordo que liquidou a dívida, cuja última parcela só vence em setembro de 2013, no montante de R\$ 2.732.998 que foi paga de uma só vez com desconto, incluindo multa, juros de mora, correção e juros originalmente pactuados sobre as parcelas vencidas e não pagas desde 1996.

(2) A CAIXA possui na esfera passiva, ações trabalhistas, cíveis, ações relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em função de planos econômicos, ações diversas relacionadas a financiamento imobiliário, loterias, perdas e danos, ações fiscais, entre outras. Essas ações são avaliadas e revisadas periodicamente.

A Administração entende, com base em pareceres de seus advogados, levando em conta que em geral os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, que tais processos não implicarão prejuízos relevantes, que excedam o saldo da provisão para essas contingências, suficiente para a cobertura de eventuais decisões judiciais desfavoráveis à CAIXA.

### **9 Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução 2.099/94 (Acordo da Basiléia)**

Conforme determinações da Resolução 2.099/94 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio líquido para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, o patrimônio líquido exigido para a Caixa Econômica Federal, em 31 de março de 2003, atinge o montante de R\$ 3.322.285, correspondente a 11% do ativo ponderado pelo risco.

A CAIXA possui, na mesma data, patrimônio de referência de R\$ 5.193.608, apresentando suficiência de R\$ 1.871.323, com o percentual de 17,20% sobre o mesmo ativo.

### **10 Outras informações**

Para maiores informações, consultar notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2002, publicado no dia 27 de fevereiro de 2003 no Diário Oficial da União e no jornal Correio Braziliense (DF).

\* \* \*

**Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais em 31 de março de 2003**  
**Em milhares de reais**

---

Jorge Eduardo Levi Mattoso  
Presidente

Aser Cortines Peixoto Filho  
Vice-Presidente

Fernando Nogueira da Costa  
Vice-Presidente

João Carlos Garcia  
Vice-Presidente

Paulo Roberto Paixão Bretas  
Vice-Presidente

José Rogério Krticka  
Gerente Nacional de Contabilidade CAIXA  
Contador - CRC-RS-035890/T-2 - DF

Fábio Lenza  
Vice-Presidente

João Aldemir Dornelles  
Vice-Presidente

Marcos José Rodrigues Torres  
Vice-Presidente

Telmo Marques Costa  
Superintendente Nacional de Contadoria  
Contador – CRC-CE-5.031/O-4 T - DF